



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002308-04.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP - 041/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MILTON ZABOTTO ALVES**
 Vítima: **Carlos Alberto Talarico**

Aos 05 de setembro de 2017, às 14:50h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira – Promotora de Justiça**. Presente o réu MILTON ZABOTTO ALVES, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha Maurício Maciel Ceriglioli, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:**”MM. Juiz: a ação penal merece ser julgada procedente. A autoria é certa e recai sobre a pessoa de Milton. A materialidade também está bem demonstrado pelo RDO e respectivos auto de exibição/apreensão/entrega constante dos autos. No que diz respeito as circunstâncias do fato, observo que a escalada bem demonstrada pela prova pericial e fala do réu, mesmo se diga no que se atine a comparsaria. Assim praticou o réu fato típico, antijurídico e culpável, razão pela qual deve ser condenado podendo sua pena assim ser fixada de acordo com os antecedentes existentes nos autos. Ante o exposto, requeiro a procedência da ação penal nos termos da denúncia, possuindo maus antecedentes (fls.141). **Dada a palavra à DEFESA:**”MM. Juiz: O réu é confesso e a confissão harmoniza-se com o restante da prova. Ademais, a confissão foi espontânea e precedida de entrevista reservada com a Defensoria Pública, momento que teve a oportunidade de conhecer o conjunto e a totalidade da prova. A admissão do delito nesses termos representa para a defesa expressão da autodeterminação do agente e, além disso, possibilidade de responsabilização penal mais branda. Na dosimetria da pena, requeiro fixação no mínimo, benefícios legais, com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. MILTON ZABOTTO ALVES, qualificado a fls.89, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, §4º, incisos II e IV, do Código Penal, porque em 28.02.16, por volta de 05h30, na Avenida São Carlos, 5000, chácara Casale, em São Carlos, juntamente com o corréu Silvio Ricardo Rodrigues da Silva, tentaram subtrair para proveito comum, mediante escalada, 08 (oito) placas de túmulos, 17 (dezessete) nomes de túmulos, 08 (oito) datas de túmulos, 9 (nove) argolas de túmulos, avaliados em R\$2.000,00 (dois mil reais). Recebida a denúncia (fls.152), houve citação e defesa preliminar, sem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

absolvição sumária (fls.212). Houve o desmembramento dos autos em relação ao corréu Silvio Ricardo (fls.212). Em instrução foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo a desistência da inquirição da outra testemunha. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a concessão de benefícios legais na aplicação da pena. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso e a prova oral reforça o teor da confissão. Não há dúvidas sobre autoria e materialidade do delito. Ouvido em juízo, o réu confessou a subtração dos bens, após ter escalado o muro do cemitério. A subtração foi confirmada pelo depoimento de Carlos Alberto Talarico e Maurício Maciel. A escalada foi confirmada pelo laudo pericial de fls.104/110. O réu tem uma condenação (fls.141), configurando mau antecedente. Ele é tecnicamente primário. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** MILTON ZABOTTO ALVES como incurso no artigo 155, §4º, incisos II e IV, c.c. artigo 14, II, e artigo 65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do artigo 59 do Código Penal, considerando o mau antecedente de fls.141, fixo-lhe a pena-base em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, calculados cada um no mínimo legal. Diante da confissão, reduzo a pena ao mínimo legal de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no mínimo legal. Em razão da tentativa, com razoável percurso do *iter criminis*, tendo o acusado sido abordado na parte externa do cemitério com os objetos, reduzo a sanção em metade, perfazendo a **pena definitiva em 01 (um) ano de reclusão e pagamento de 05 (cinco) dias-multa, no piso mínimo.** A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, nos termos do artigo 33, e parágrafos, do CP, considerado proporcional, necessário e suficiente para a prevenção e repressão da conduta, observando o mau antecedente de fls.141. Presentes os requisitos legais, e considerando a medida socialmente recomendável, **substituo** a pena privativa de liberdade por **uma restritiva de direitos, consistente no pagamento de prestação pecuniária, no valor de um salário mínimo e em multa, equivalente a 10 (dez) dias-multa.** O réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Os presentes assinaram o presente termo, colocado à disposição dos interessados, nos termos N.S.C.G.J. Não havendo interesse na entrega de cópias, os termos assinados ficarão arquivados em cartório. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: